



## BOLETIM Nº 03 - 01 DE outubro DE 2010

Prezados Clientes

Esse terceiro **BoletimEletronico** é publicado nas vésperas das eleições de 2010, onde milhões de brasileiros devem ir às urnas para escolher seus representantes.

Nesses períodos, além do debate eleitoral que se desenvolve, grande destaque e discussão acontecem quanto a manutenção do voto obrigatório e da necessidade de implantação do voto facultativo no país.

Entretando, mais importantes do que analisar os discursos e os efeitos das propaganda eleitorais, temos a necessidade de buscar antes de tudo ter claro quais serão nossos critérios para a escolha de nosso candidatos.

Utilizando critérios coerentes, por certo poderemos fazer deste dever, um exercício de cidadania

Charlei Moreno Barrionuevo - OAB/SP 260.099  
José Jorge Guedes de Camargo - OAB/SP 131.801

## IMAGENS DE DESTAQUE



Mais de 135 milhões de brasileiros estão aptos a votar em 03 de outubro

### INFORMAÇÕES ÚTEIS:

#### Imposto de Renda - out/2010:

base	alíquota	dedução
até R\$1.499,15	-	-
de R\$ 1.499,16 a 2.246,75	7,5	112,43
de R\$ 2.246,76 a 2.995,70	15,0	280,94
de R\$ 2.995,71 a 3.743,19	22,5	505,62
acima de R\$ 3.743,19	27,5	692,78

#### Salário de Contribuição - alíquota do INSS:

até R\$ 1.040,22	8%
de R\$ 1.040,22 até R\$ 1.733,70	9%
de R\$ 1.733,71 até R\$ 3.467,40	11%

#### Salário Mínimo Federal

R\$ 510,00 (1º/jan/2010)

#### Salário Mínimo Paulista - Lei Estadual 13.983/10

1) R\$ 560,00    2) R\$570,00    3) R\$ 580,00

#### Índices:

	agosto	setembro	outubro
TR	0,0909%	0,0702%	0,0472%
IGPM	0,77%	1,15%	
INPC	(-)0,07%	0,54%	
UFESP	R\$16,42	R\$16,42	R\$16,42

### Assuntos abordados neste BoletimEletrônico:

<i>Momento Saúde</i>	
<b>Relaxando seu pescoço</b> .....	2
<i>Atualização na Legislação</i>	
<b>Lei da obrigatoriedade do teste auditivo</b> ....	2
<i>Artigos Destaques</i>	
<b>Eleições e vocação</b> .....	3
<i>Dicas de Administração</i>	
<b>Organização e aumento rentabilidade</b> ....	4
<i>Nosso Tema Central</i>	
<b>A revisão judicial dos contratos de financiamento</b> .....	4

## Ementário de Jurisprudência

### Direito Tributário

NOTAS FISCAIS - IMPRESSÃO - EXIGÊNCIA DE GARANTIAS - ABUSIVIDADE

Embargos Infringentes - Direito Tributário - Autorização de impressão de notas fiscais - Exigência de garantias - Abusividade.

Condicionar a autorização para impressão de notas fiscais ao cumprimento de exigências realizadas pelo Fisco é ato que cria embaraços à atividade do comércio e atinge o direito líquido e certo do cidadão de exercer atividade remunerada. Embargos Infringentes acolhidos.

(TJRS - 1º Grupo Cível; EI nº 70027796861- Porto Alegre-RS; Rel. Des. Arno Werlang; j. 5/6/2009; m.v.)

### Direito do Consumidor

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - PRAZO PRESCRICIONAL

Direito do Consumidor - Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais decorrentes de vícios no serviço - Prescrição - 5 anos - Incidência do art. 27 do CDC.

1 - Escoado o prazo decadencial de 90 dias previsto no art. 26, inciso II, do CDC, não poderá o consumidor exigir do fornecedor do serviço as providências previstas no art. 20 do mesmo diploma - reexecução do serviço, restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço -, porém, a pretensão de indenização dos danos por ele experimentados pode ser ajuizada durante o prazo prescricional de 5 anos, porquanto rege a hipótese o art. 27 do CDC. 2 - Recurso Especial conhecido e provido.

(STJ - 4ª T.; REsp nº 683.809-RS; Rel. Min. Luis Felipe

## Momento Saúde

### Relaxando seu pescoço

A maioria das pessoas concentra uma carga de tensão tão alta na região do pescoço, seguem dicas para aliviar o problema e ensina exercícios que você pode fazer no escritório mesmo. A postura mais viciada é, sem dúvida, ficar na frente de uma tela de computador por várias horas, com movimentos mínimos no pescoço. Isso combinado à má posição da coluna quando se senta. Normalmente a dor se concentra na região da nuca, e não nas laterais, porque é aí onde estão os principais músculos de sustentação do pescoço. Alongamentos são a melhor forma de aliviar a tensão. Mas não adianta dar uma esticadinha só quando o pescoço já está todo dolorido. O melhor mesmo é transformar isso num hábito. Seguem sugetões:

**Rotação:** Sente-se numa cadeira, mantendo pescoço, ombros e tronco retos. Primeiro, vire lentamente a cabeça para a direita. Volte à posição inicial e repita para o lado esquerdo. Faça o movimento 10 vezes para cada lado. **Flexão lateral:** Incline o pescoço lateralmente até encostar a orelha no ombro (ou até onde você conseguir, sem que haja dor). Tome cuidado para não levantar o ombro, ele precisa ficar relaxado para que o alongamento surta efeito. Repita 10 vezes pra cada lado. **Flexão e extensão:** Dobre a cabeça para frente, encostando o queixo no peito. Mantenha a posição por 5 segundos e repita o movimento 10 vezes, após leve a cabeça para trás, até que o queixo esteja apontando para o teto. Repita 10 vezes.

## Atualização Legislativa

### A lei do Teste da Orelhinha

Entrou em vigor em Lei Federal nº 12.303 de 02/08/2010, que tornou obrigatória em todo o país a realização gratuita do exame chamado Emissões Otoacústicas Evocadas.

Conhecido como “**Teste da Orelhinha**”, a obrigatoriedade desse teste é um grande passo para a prevenção de problemas na criança, pois é possível detectar a deficiência auditiva, uma patologia muito comum entre os recém-nascidos, sendo encontrado de um a três casos de surdez a cada 1.000 nascimentos.

Com esta obrigatoriedade a população e o a Saúde Pública se beneficiam com pois muitos casos de deficiência auditiva que poderiam ter sido diagnosticadas logo ao nascimento, mas que até então só são detectados com três ou quatro anos, podem evitar prejuízos no desenvolvimento da fala e linguagem da criança assim como o desenvolvimento cognitivo e social.

Quanto mais cedo for detectada a deficiência auditiva, mais precocemente serão as intervenções realizadas. Um bebê que tenha um diagnóstico e intervenção fonoaudiológica até os seis meses de idade pode desenvolver linguagem muito próxima a de uma criança ouvinte.

O teste é indolor, acontece com o bebê em sono natural, realizado no segundo ou terceiro dia de vida e consiste na colocação de um fone na orelha do bebê acoplado a um computador que emite sons e recolhe as respostas que a cóclea do bebê produz.

Não se esqueça, esse é um direito e todas as maternidade tem o dever de realizar esse teste gratuitamente. É um exame que beneficiará todo o desenvolvimento do seu filho.

Acesse nosso site e conheça outras matérias além de notícias e informações de destaque: [www.morenoadvocacia.com](http://www.morenoadvocacia.com)

## Eleições e Vocação

É entendimento da esmagadora maioria dos tribunais desse país de que um ministro religioso, padre, pastor, etc., não possui vínculo trabalhista com suas instituições religiosas e conseqüentemente sem direitos a férias, 13º salário, aposentadoria, FGTS, entre outros, pois o seu trabalho seria de vocação, uma relação com o "divino", uma decisão de voluntariado e resignação que não deve ser mercantilizado considerando essa relação como trabalhista

Questionamentos a parte, sou tentado a crer que essa tal vocação poderia muito bem ser lançada sob o ambiente político. Sim, pois a política apresenta condições de intervenção e inovação social capazes de influir na vida de toda uma nação, provocando o bem ou o mal, com muito mais reflexos, inclusive, do que um ministério religioso.

Contudo o ambiente corrompido, de interesses escusos, de traições e acordos por baixo dos panos, afasta milhares de pessoas que talvez tivessem verdadeira vocação para o serviço público, verdadeiro interesse em servir a sua geração, buscando fazer alguma diferença no mar de necessidades e mazelas da humanidade.

Tais pessoas de genuíno interesse social, na sua maioria, acabam se refugiando sob o manto de outras instituições e atividades a fim de cumprirem sua missão pessoal de servir ao próximo. Ganham essas instituições e perde o País, pois poderiam fazer mais num cargo publico.

Em contrapartida, temos como candidatos na política indivíduos sem preparo, sem preocupações com o coletivo, sem envolvimento com a busca de soluções para os problemas da sociedade.

E nesses dias quem que a imprensa livre tem sofrido pancadas de políticos, ou se preferirem, em que a imprensa tem sofrido pancadas para conseguir ser livre, propício o levantamento de algumas questões que toda a sociedade faz mas que nunca obtém respostas.

O que leva um profissional bem sucedido a pleitear um cargo político onde é de conhecimento geral que irá obter uma bem menor remuneração que a atual.

O que motiva a um empresário a deixar seus negócios, sua empresa, a fim de se dedicar a uma carreira política onde os transtornos e perseguições que essa posição acarreta pode inclusive atingir sua empresa e patrimônio pessoal?

Como alguns políticos conseguem pagar inúmeros advogados para a enxurrada de processos que vem sobre eles em decorrência de seus mandatos?

São perguntas sem respostas. Seria belo afirmarmos que se trata de simples vocação para o cargo público, mas ao que parece, deve-se à esta decisão de assumir um cargo político, a possibilidade de ganhar (roubar) dinheiro fácil.

Por certo, tirando uns poucos, temos se candidatando a cargos políticos desde pessoas desqualificadas que jamais ganhariam um salário como o que é pago pelo cargo público, até aqueles que veem na atividade política um negócio particular e lucrativo.

Constroem seu império à custa de negociatas, favorecimentos, licitações duvidosas. Transferem gordas somas de dinheiro para paraísos fiscais, viajam ao exterior para conhecer a Disney com seus filhos, frequentam jantares requintados e caros. Empregam seus parentes e protegidos, muitas vezes pessoas sem competência, mas bem remunerados. Tudo isso à custa de um dinheiro roubado do povo e apesar de tudo ainda são respeitados como nobres em nossa sociedade.

O poder de uma posição política depende diretamente de que seus membros não sejam corruptos. Mas a fraqueza humana tende a distorcer a personalidade, apropriando-se indevidamente e privadamente dos poderes relativos ao cargo obtido.

Certamente seria tentador imaginarmos a não remuneração dos políticos, privilegiando assim uma suposta vocação altruísta. Fica a suspeita porém de que esta não seja a solução definitiva e até próprio poderia aumentar a troca de favores com benefícios financeiros escusos, ainda que inúmeros benefícios dos cargos políticos pudessem muito bem serem extintos a bem dos cofres públicos.

A solução poderia estar no controle, desde a entrada para a vida pública, exigindo-se mais qualificação e preparo, quanto a sua permanência, fiscalizando-se os atos praticados. Controle esse exercido primeiramente pela Imprensa, mas também por outras instituições da sociedade.

Na estrutura atual dos 3 poderes (executivo, legislativo e judiciário) o sistema de freios e contrapesos, isto é, se um dos poderes avança o sinal os outros o limitam, temos a imprensa como um 4º poder indiscutível e termômetro para o funcionamento dos demais poderes. E este 4º poder está aí a nos auxiliar nas informações para que possamos mais uma vez escolher nossos governantes.

Valorizando então a liberdade de imprensa que presumimos ter, votemos também com a mesma liberdade, tendo acesso à informações sobre os escândalos, subornos, negociatas, suspeitas e tudo o mais que nos foi informado até aqui, para sabermos quem merece nosso voto e quem deve ser expulso da política brasileira.

Sem nunca esquecer que o dia em que nossa imprensa não for livre, nossas eleições serão uma farsa.

Nesse 03 de outubro, que nosso voto nos proteja!

Boas teclas "CONFIRMA" a todos nós!

Charlei Moreno Barrionuevo - Advogado.

Nossa equipe de advogados:

[www.morenoadvocacia.com](http://www.morenoadvocacia.com)

**Charlei Moreno Barrionuevo**  
OAB/SP 260.099

**José Jorge Guedes de Camargo**  
OAB/SP 131.801

## Tema Destaque:

**A Revisão Judicial dos Contratos de Financiamento**

Em todos os procedimentos de crédito, financiamento, leasing, CDC, Cartão de Crédito, Cheque Especial e outros, os clientes aderem e pactuam a contratos específicos. Ocorre que as instituições financeiras são reguladas por lei e devem obedecer os limites da legislação nacional para que criar e comercializar seus produtos e serviços, entre eles esses contratos.

Porém, nem sempre isso ocorre. Aproveitando-se da fragilidade de quem precisa de um financiamento, muitas financeiras incluem nos contratos de crédito cláusulas ilegais, entre elas as que estipulam cobranças de valores indevidos.

Em face de tal situação gozam os clientes contratantes prejudicados de direitos a serem buscados e conseguidos no Poder Judiciário.

**Aspectos jurídicos que envolvem esses contratos:****Principais ilegalidades presentes nesses contratos:**

Analisando processos judiciais que envolveram as diversas espécies de contratos de crédito, o Superior Tribunal de Justiça tem tido pacífico entendimento de que são ilegais diversas cláusulas que são frequentemente inseridas pelas instituições financeiras nos contratos.

São elas:

- \* Taxa de abertura de Crédito ou outra cobrança similar de custos do financiamento.
- \* Cobrança de juros de mora acumulados com taxa de comissão de permanência e multa
- \* Capitalização de juros, quando esta não estiver expressamente descrita no contrato.
- \* Multa por atraso superior a 2%.
- \* Juros remuneratórios (ou compensatórios) cobrados com taxas abusivas, ou seja, muito acima da média do mercado.
- \* Juros por atraso acima de 1% ao mês, quando acumulados com os juros remuneratórios.

**Qual o direito do consumidor que contratar um financiamento com cláusulas ilegais?**

O CDC (Código de Defesa do Consumidor) no seu artigo 42, parágrafo único, garante que o consumidor tem direito a receber o valor pago em excesso em dobro, acrescido de correção monetária e juros legais.

**Como proceder para saber se há direito de revisar seu contrato, reduzindo valores?**

É preciso levar o contrato, carnê, recibos de qualquer valor pago para a obtenção do financiamento para análise por profissional capacitado a fim de conferir as cláusulas e valores aplicados ao contrato.

Qual a estimativa do valor a ser reduzido caso o contrato possua cobranças ilegais?

Somente uma análise específica do contrato poderá revelar esse percentual.

Entretanto, nos casos em que se mostre indevida a capitalização, o percentual poderá chegar a até 20% do valor total do contratado.

Acesse nossos boletins anteriores, clicando no link abaixo:

**BOLETINS ELETRÔNICOS**

**Dicas de Administração****A Prevenção Jurídica:**

Por certo, a prevenção sempre é o melhor remédio.

Grande brigas na justiça e eventuais prejuízos podem ser evitados com pequenos investimentos na prevenção jurídica.

Antes de contratar, pessoas, serviços ou fornecimentos lembre-s e que de consultar um profissional da área. Muitas vezes aparências e boa intenção não bastam.

**Espaço Cidadania****Denuncie a violência Doméstica:**

Muito tem se falado da Lei *Maria da Penha*, a Lei nº 11.340, de 7/08/2006. Muitas situações de violência doméstica acabaram.

Entretanto, muito tem que ser feito: tomando conhecimento de violências domésticas, faça sua parte: denuncie!

[www.moreoadvocacia.com](http://www.moreoadvocacia.com)

Rua 15 de novembro, 1495. Jardim São Luis, Santa Bárbara d'Oeste/SP  
CEP 13450-044 (19) 3455-3444